

PLANO DE AÇÃO BRASILEIRO - VERSÃO EM PORTUGUÊS

BRAZILIAN ACTION PLAN - ENGLISH VERSION

Plano de Ação do Governo Brasileiro Parceria para Governo Aberto (OGP)

I. Introdução

A participação brasileira na Parceria para Governo Aberto (OGP) reflete o compromisso do país com o fortalecimento da transparência dos atos governamentais, com a prevenção e o combate à corrupção e com os ideais democráticos de participação cidadã nos processos decisórios.

O processo democrático é um processo contínuo, que não se esgota na escolha de governantes e de representantes políticos por meio do voto. Deve ser fortalecido e aprofundado, beneficiando-se no século XXI das novas tecnologias da comunicação e da informação, que permitem novas formas de participação da sociedade na gestão dos recursos públicos e conferem maior legitimidade às políticas públicas.

Cabe ao Estado prestar contas de sua atuação e oferecer aos seus cidadãos o acesso a informações públicas, por meio de ferramentas de fácil compreensão, bem como estimular o uso destas informações pela sociedade.

Firme nesta convicção, o Brasil compromete-se neste Plano de Ação de Governo Aberto com medidas que irão permitir que o país siga avançando em transparência pública e, conseqüentemente, aperfeiçoando suas práticas de prevenção e combate à corrupção, acesso a informação, gestão de recursos públicos, promoção da integridade nos setores público e privado, fomento da participação cidadã e prestação eficiente de serviços públicos.

Estes são os grandes objetivos que o governo brasileiro busca alcançar com o seu Plano de Ação para Governo Aberto e com a sua participação na Parceria para Governo Aberto (OGP). São objetivos que serão alcançados com o fortalecimento de iniciativas brasileiras já em curso e com o desenvolvimento de novas atividades, assim como com o auxílio dos atores nacionais públicos e privados engajados nas áreas do plano de ação, com o uso de novas tecnologias da informação e de comunicação e com o estímulo à participação de cada cidadão na criação de uma sociedade mais justa, livre e igualitária.

O Plano de Ação foi desenvolvido por meio de consultas a diversos órgãos públicos do Poder Executivo Federal brasileiro, bem como ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão consultivo e colegiado vinculado à Controladoria-Geral da União. Acaba de ser criado pela Presidenta Dilma Rousseff¹ o Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA), que será o fórum para os debates em torno da

¹ Decreto presidencial de 15 de setembro de 2011.

implementação e atualização dos Planos de Ação para Governo Aberto do Brasil na Parceria para Governo Aberto.

Para este primeiro ano da OGP, o processo de consulta à sociedade e aos atores privados sobre o plano de ação foi realizado por meio de reuniões presenciais e também utilizando-se a experiência e os contatos das redes de consulta à sociedade já existentes, instituídas pelos diversos órgãos públicos brasileiros para assuntos específicos.

Registre-se que o processo de elaboração do Plano de Ação brasileiro para o primeiro ano da OGP beneficiou-se também de debates no Congresso Nacional, em evento organizado pela Câmara dos Deputados reunindo órgãos públicos, entidades privadas e organizações da sociedade civil.

O processo de consulta à sociedade será um processo contínuo, buscando engajar no debate sobre os compromissos do país em transparência e governo aberto toda a gama de atores nacionais e por meio de um crescente número de veículos e ferramentas de comunicação.

II. Histórico das Medidas de Governo Aberto do Governo Brasileiro²

A Constituição de 1988 é o marco brasileiro da garantia de direitos aos cidadãos e da obrigação do Estado de prestar contas de sua atuação. A Constituição garante, por exemplo, aos cidadãos o direito de apresentar ao Congresso projetos de lei de iniciativa popular e o direito de acesso a informação, bem como mecanismos de proteção aos direitos dos cidadãos.

Desde 2000, o governo brasileiro tem adotado inúmeras medidas legais e institucionais de promoção da transparência, alinhadas com as melhores práticas e padrões internacionais. Algumas das principais medidas desse período inicial referem-se ao constante aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e à criação do Portal [ComprasNet](#), com informações sobre licitações públicas, fornecedores e a realização de pregões eletrônicos.

Em 2004, o governo brasileiro lançou o [Portal da Transparência](#), mantido pela Controladoria-Geral da União, ministério encarregado, entre outras competências, das ações de transparência, controle interno e prevenção da corrupção no Poder Executivo federal. O Portal publica na internet dados da execução orçamentária federal, em linguagem de fácil compreensão pela sociedade e sem a necessidade de obtenção de senha de acesso. As informações do Portal da Transparência, desde 2010, são

² Será publicado documento mais expressivo das medidas já adotadas pelo governo brasileiro nas diversas áreas de governo aberto.

atualizadas diariamente, o que significa dizer que todos os gastos feitos em um dia estão já publicados na manhã do dia seguinte no Portal, para livre consulta pelo cidadão brasileiro.

A partir da aprovação da Lei complementar nº [131](#) de 2009, todos os entes federativos brasileiros passaram a ter a obrigação de disponibilizar aos cidadãos dados sobre a execução de seus orçamentos na *internet* em tempo real, e isto vem sendo implementado gradualmente pelos governos estaduais e municipais.

Cumpram-se também outras importantes iniciativas de transparência adotadas pelo país, como o Portal de Convênios e Contratos de Repasse ([SICONV](#)); o [Portal Brasil](#), para a disponibilização de inúmeros serviços online; o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ([CNES](#)), sobre dados de empresas e profissionais prestadores de serviços de saúde; e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas ([CEIS](#)), que confere publicidade às punições aplicadas pela União e demais entes federativos a empresas que praticam fraudes, atos de corrupção e descumprem obrigações em licitações e contratos administrativos.

No campo da prevenção e combate à corrupção, o Brasil é parte de três importantes convenções: i) Convenção Interamericana contra Corrupção (OEA); ii) Convenção contra a Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e iii) Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (ONU). Além disso, participa de outros importantes fóruns sobre o tema como a *Partnering against Corruption Initiative* ([PACI](#)) e o [Global Agenda Council on Anti-Corruption](#) do Fórum Econômico Mundial; a *International Association of Anti-Corruption Authorities* ([IAACA](#)); e o Grupo de Trabalho contra Corrupção do [G-20](#).

No âmbito da participação social como valor democrático, o Brasil realizou grandes avanços nos últimos anos em relação à ampliação da participação social nas políticas públicas por meio das Conferências Nacionais e Conselhos. As Conferências Nacionais são espaços públicos e democráticos de deliberação coletiva sobre diretrizes para a estruturação e condução de políticas públicas a serem implementadas pelo governo federal, bem como o acompanhamento das suas resoluções. As Conferências ocorrem em etapas municipais, regionais, estaduais, livres, virtuais e, finalmente, nacionais, fortalecendo-se a cada etapa as contribuições da sociedade para a elaboração e implementação das políticas públicas.

Por sua vez, os Conselhos Nacionais são organizações institucionais setoriais ou temáticas, de caráter consultivo e/ou deliberativo, com a finalidade de produzir e acompanhar políticas públicas no âmbito do Governo Federal. Nos Conselhos de atuação mais expressiva, aproximadamente 60% de seus membros são oriundos da

sociedade civil, constituindo um espaço democrático de participação da sociedade brasileira.

Ressalte-se que o país tem evoluído igualmente no processo de consultas públicas sobre anteprojetos de lei a serem apresentados pelo governo ao Congresso Nacional. Exemplos dessa prática foram a [reforma da lei de direitos autorais](#) e a elaboração do [marco civil da internet](#).

Não se pode deixar de registrar também o importante instrumento, previsto pela Constituição de 1988, da possibilidade de apresentação de leis de iniciativa popular ao Congresso Nacional. Forte exemplo da aplicação deste preceito constitucional é a [Lei da Ficha Limpa](#), que torna inelegíveis políticos com condenações judiciais. A lei foi aprovada em 2010 e seu anteprojeto foi enviado ao Congresso após a reunião de mais de um milhão de assinaturas de cidadão apoiando a proposta.

Desde 2006, conta o país com um processo eletrônico de envio de declarações de imposto de renda à Secretaria da Receita Federal, facilitando o envio das informações pelo cidadão e aperfeiçoando o processo de fiscalização.

Com relação ao Poder Judiciário, os cidadãos brasileiros podem consultar pela internet, nos sítios eletrônicos de cada tribunal, dados sobre processos judiciais, decisões e jurisprudência. Desde 2009, o Poder Judiciário brasileiro conta com o processo judicial eletrônico, que tem por resultado a redução do tempo de atividades acessórias ao processo judicial, permitindo que sejam praticados mais atos tendentes à solução do processo e, portanto, agilizando a solução dos conflitos.

O breve histórico aqui relatado demonstra o firme compromisso do Brasil com a melhoria na prestação de serviços à população, o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos, o incremento da transparência, o incentivo e a promoção da participação cidadã e com a prevenção e o combate à corrupção. Com a sua participação na Parceria para Governo Aberto, o Brasil reafirma seu compromisso de continuar avançando nessas áreas.

III. Compromissos

O Brasil compromete-se a implantar no primeiro ano de funcionamento da Parceria para Governo Aberto (OGP), compreendido no período de setembro de 2011 a setembro de 2012, as medidas de transparência e governo aberto a seguir descritas. Os cronogramas de implementação são indicativos, podendo as medidas serem definitivamente implantados em tempo diverso do que o expressado neste plano de ação, em virtude de circunstâncias supervenientes.

1) Aumento da Integridade Pública

1.1 Sistema Federal de Acesso à Informação

Pesquisa diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro: pesquisa qualitativa com autoridades públicas e quantitativa com amostra de servidores públicos.

Implementação: até DEZEMBRO DE 2011

Estudo diagnóstico sobre o papel das Ouvidorias dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal na Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas.

Implementação: até MARÇO DE 2012

Elaboração de Guia e/ou Cartilha sobre acesso a informação para servidores públicos.

Implementação: até DEZEMBRO DE 2011

Realização de pesquisa para identificação das demandas da sociedade sobre acesso a informação, visando ao aperfeiçoamento da política de transparência ativa.

Implementação: até JUNHO DE 2013

Desenvolvimento de modelo para a estruturação dos serviços de informações ao cidadão em órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e de procedimentos para o funcionamento do sistema de acesso a informações públicas.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Elaboração de Curso EaD (educação à distância) para capacitação de servidores públicos no tema Acesso à Informação.

Implementação: até JUNHO DE 2012

Elaboração e oferta de cursos de capacitação de servidores públicos em temas referentes a gestão da informação.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

As ações acima objetivam desenvolver os procedimentos e adquirir a experiência necessária para a implantação do Sistema Federal de Acesso a Informação, proporcionando ao governo federal o ambiente adequado para a futura implementação da Lei de Acesso a Informação, atualmente em trâmite junto ao Congresso Nacional.

Órgão Responsável: Controladoria-Geral da União em cooperação com UNESCO.

Confecção de Catálogo de Dados e Informações Públicas disponibilizados na internet por órgãos e entidades da Administração Pública Federal: objetivo de facilitar o acesso aos dados e informações e orientar a elaboração de políticas públicas de promoção da transparência pública. O projeto envolve o mapeamento, registro e catalogação de metadados de dados e informações disponibilizadas na internet pelos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Implementação: até JUNHO DE 2013

Órgãos responsáveis: Controladoria-Geral da União e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em cooperação com UNESCO.

1.2 Transparência Ativa e Dados Abertos

Definição e Construção do Data Warehouse do Portal da Transparência: criação da estrutura e definição do processo para armazenagem de dados em banco de dados único que integrará os dados do Portal e das Páginas de Transparência Pública e possibilitará o trabalho com grandes volumes de dados de maneira mais dinâmica e integrada.

Implementação: até SETEMBRO DE 2013

Órgão Responsável: Controladoria-Geral da União

Reestruturação do Portal da Transparência: revisão do Portal da Transparência, orientada pelos princípios de dados abertos; integração e ampliação de conteúdos (inclusão das Páginas de Transparência); melhoria da usabilidade do Portal, a fim de facilitar o acesso à informação pelo usuário, assim como a sua compreensão dos dados fornecidos; incremento da interatividade: o Portal passará a se relacionar com a sociedade de novas maneiras e a disponibilizar conteúdos e formatos de informações que atendam interesses de diferentes públicos; publicação do Portal da Transparência em formato que possa ser acessado por meio de dispositivos móveis.

Implementação:

1ª fase - até SETEMBRO DE 2013 – disponibilização do banco de dados completo do Portal para download; criação de uma área para divulgação de aplicativos; integração com ferramentas de redes sociais; criação de glossário em formato *wiki*; disponibilização de fórum; aprimoramento da área de controle social; e melhoria do layout.

2ª fase – até DEZEMBRO DE 2013 – consultas interativas, gráficos e outras medidas.

Órgão Responsável: Controladoria-Geral da União

Disponibilização de dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV) em formato de dados abertos: o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV – é um sistema de governo que possui informações sobre transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. O governo brasileiro compromete-se a implementar soluções de abertura de dados para este sistema e a promover o aumento da integridade das informações públicas por meio de uma plataforma aberta de interoperabilidade.

Implementação: até MARÇO DE 2012

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Construção da Plataforma para Gestão de Informação Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação (Plataforma Aquarius): criação de plataforma em dados abertos e uso de tecnologias de informação e comunicação, com o objetivo de modernizar e dinamizar a gestão estratégica do Ministério da Ciência e Tecnologia, garantir maior transparência e melhores resultados aos investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), permitir maior controle social e facilitar modelos de gestão compartilhada. A Plataforma envolve a implantação de processos automatizados, integração com dados do Portal da Transparência e sistemas de informação em CT&I disponíveis, assim como contribuições das redes sociais e exposição em sala de situação pública.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgãos Responsáveis: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Controladoria Geral da União

Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA): conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos, em conformidade com o disposto nos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico ([e-PING](#)).

Sobre a INDA, compromete-se o governo com as seguintes ações:

- **Desenvolvimento da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos:** publicação do plano de ação para a INDA, com os objetivos da infraestrutura para os próximos anos, seu histórico, modelo de desenvolvimento colaborativo e a forma de gestão.

Implementação:

1ª fase - início do desenvolvimento colaborativo do plano de ação – até SETEMBRO DE 2011

2ª fase - publicação do plano de ação – até MARÇO DE 2012

- **Plano de capacitação da INDA:** desenho e implementação de um plano de capacitação para servidores públicos federais, de maneira a aumentar a qualidade dos dados disponibilizados pelo governo.

Implementação: até DEZEMBRO DE 2012

- **Ações de disseminação:** delineamento e implementação de linha temática sobre dados abertos em plano de comunicação do Programa Governo eletrônico sob responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

- **Portal Brasileiro de Dados Abertos:** desenvolvimento de ambiente virtual acessado pelo endereço www.dados.gov.br, de maneira a simplificar a pesquisa e o acesso a dados públicos. Esse portal será

o ponto de convergência do acesso aos dados do setor público brasileiro de todas as esferas de governo.

Implementação: versão beta do Portal de Dados Abertos – até DEZEMBRO DE 2011

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

1.3 Participação Social e Engajamento Cidadão

Realização da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (1ª Consocial): serão debatidos, durante todo o processo conferencial, quatro eixos temáticos: a promoção da transparência e acesso à informação e dados públicos; mecanismos de controle social, engajamento e capacitação da sociedade para o controle da gestão pública; atuação dos conselhos de políticas públicas como instâncias de controle e diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção. Além das etapas estaduais e municipais, a sociedade poderá debater os eixos temáticos em conferências livres e virtuais. Quanto ao caráter propositivo da conferência, pretende-se que as diretrizes subsidiem a elaboração de um Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social para os órgãos da Administração Pública e orientadoras da atividade no seio da sociedade.

Conferências municipais: JULHO A SETEMBRO DE 2011

Conferências virtuais: SETEMBRO de 2011 a ABRIL de 2012

Conferências estaduais: NOVEMBRO DE 2011 A ABRIL DE 2012

Conferência nacional: MAIO DE 2012

Órgão responsável: Comissão Organizadora Nacional (Controladoria-Geral da União preside)

Realização do Seminário Nacional de Participação Social: objetiva aprofundar os estudos sobre os mecanismos e as instâncias de participação social, bem como qualificar o exercício da democracia e da cidadania ativa. Discutirá o Sistema Nacional de Participação Social, realizará um balanço sobre os processos de participação social do governo federal e debaterá iniciativas, perspectivas e estratégias norteadoras da ação governamental para o período 2011 - 2014.

Implementação: OUTUBRO DE 2011

Órgão Responsável: Secretaria-Geral da Presidência da República

Realização de Encontros do Fórum Interconselhos PPA 2012-2015 (2ª Etapa): cuida-se de processo de participação social na elaboração e monitoramento do Plano Plurianual federal (PPA 2012-2015), com representação dos Conselhos Nacionais. O objetivo do encontro é apresentar à sociedade a proposta do PPA 2012-2015, que será discutida pelo Congresso Nacional, e destacar as contribuições incorporadas ao plano a partir das sugestões formuladas na primeira etapa do Fórum.

Implementação: OUTUBRO DE 2011

Órgão Responsável: Secretaria-Geral da Presidência da República e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Filiação e Celebração de parceria com a organização W3C Brasil³: objetiva estimular e capacitar os governos subnacionais para a publicação de dados abertos governamentais por meio de ações como: mapeamento de iniciativas e boas práticas na publicação de dados abertos; realização de palestras de sensibilização e treinamentos sobre transparência e dados abertos para gestores públicos e técnicos de TI; desenvolvimento de curso EaD⁴ sobre transparência e dados abertos; apoio técnico à CGU na reestruturação do Portal da Transparência.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão Responsável: Controladoria-Geral da União e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em cooperação com W3C Brasil e movimento Transparência Hacker

Celebração de parceria com o Laboratório de Cultura Digital: objetiva estimular e capacitar a sociedade para fazer uso de informações públicas e dados abertos governamentais por meio de medidas como: fomento ao desenvolvimento de aplicativos que processem, interpretem e apresentem informações e dados públicos sob novas perspectivas, inclusive por meio de concurso de aplicativos, e realização de oficinas sobre transparência e dados abertos para treinamento e estímulo à participação de universitários e membros da sociedade civil.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão Responsável: Controladoria-Geral da União em cooperação com W3C Brasil e movimento Transparência Hacker

Realização do I Encontro Nacional de Dados Abertos: O evento objetiva: a) motivar o uso de dados abertos como plataforma de colaboração com a sociedade; b) compartilhar ações desenvolvidas pela sociedade civil e pelo governo, a fim de acompanhar e demonstrar as vantagens da publicação de dados abertos; c) compartilhar a visão das partes interessadas no assunto e troca de experiências entre os envolvidos.

Implementação: até OUTUBRO DE 2011

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

2. Gestão Mais Efetiva dos Recursos Públicos

2.1 Transparência Orçamentária e Gestão de Recursos Públicos

³ O Consórcio World Wide Web (W3C) é um consórcio internacional no qual organizações filiadas debatem e definem conjuntamente padrões para a Web a fim de que essa rede atinja todo o seu potencial.

⁴ Educação à distância

Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola Interativo): metodologia de planejamento da gestão escolar que busca auxiliar escolas na melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem, fortalecendo o seu projeto político-pedagógico, por meio de diagnósticos de problemas em plataforma eletrônica que geram planos de ação específicos para os desafios identificados, com atividades financiadas pelo Ministério da Educação ou por outra fonte. Compromete-se o governo brasileiro a disponibilizar a ferramenta para todas as escolas públicas e a publicar na internet os planos de ação das escolas usuárias do PDE Escola Interativo validados pelo Ministério da Educação, aumentando a transparência e facilitando o controle social.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Facilitação do acesso a bases de dados específicas no Portal da Transparência: disponibilização de consultas específicas sobre informações relativas a beneficiários do "Seguro Defeso", beneficiários do "Seguro Desemprego" e a dados dos "Cartões de Pagamento da Defesa Civil". À exemplo do que já é feito com o programa Bolsa Família e com os gastos dos Cartões de Pagamento do Governo Federal, as medidas permitirão especializar e facilitar o acesso por qualquer cidadão a informações sobre a execução orçamentária federal, a transparência e o controle dos gastos governamentais, além de permitir o melhor acompanhamento dos investimentos nas ações da Defesa Civil para a resposta a desastres naturais e catástrofes ambientais.

Implementação - "Cartões de Pagamento da Defesa Civil": até OUTUBRO DE 2011; "Seguro Defeso": até DEZEMBRO DE 2011; e "Seguro Desemprego": até SETEMBRO DE 2012.

Órgão Responsável: Controladoria-Geral da União

Disponibilização de dados do Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF: o governo brasileiro compromete-se a aumentar a integridade pública por meio da publicação de dados detalhados de fornecedores do governo federal através do Portal de compras públicas do governo federal: [ComprasNet](http://api.comprasnet.gov.br/). O módulo de dados abertos do SICAF está disponível em <http://api.comprasnet.gov.br/> em caráter experimental. A proposta é disponibilizá-lo em produção, com dados atualizados quinzenalmente, e realizar a divulgação para o uso dos dados.

Implementação: até MARÇO DE 2012

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

2.2 Licitações e Contratos Públicos

Registro de Preços Nacional da Educação: O Registro de Preços Nacional (RPN) é um modelo de compras centralizadas, planejado para atender a todos os estados e municípios. Com o RPN, torna-se possível a realização de um único procedimento licitatório, centralizado no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), onde ficam registrados os preços de alguns bens a serem

adquiridos para a atividade educacional, gerando economia nas compras e diminuição do tempo dos processos de licitação para aquisição de bens escolares. O governo brasileiro compromete-se a aumentar o número bens com atas de registro de preço, atualmente em 11 itens.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Contratação e Gestão Contratual de Serviços de Tecnologia da Informação: compromete-se o governo brasileiro a melhorar o processo de compras e o fornecimento de serviços de tecnologia da informação do governo federal por meio da racionalização do processo de contratação e gestão contratual destes serviços, bem como pelo uso de metodologias consolidadas de governança de tecnologia da informação.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

3. Aumento da Responsabilidade Corporativa

3.1 Prevenção da Corrupção

Implementação do Cadastro Empresa Pro-Ética: o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade ([Cadastro Empresa Pró-Ética](#)) é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União e do Instituto Ethos que objetiva dar visibilidade às empresas que investem em medidas de ética, integridade, prevenção da corrupção e engajadas na construção de um ambiente de maior confiança nas relações entre o setor público e o setor privado. Compromete-se o governo brasileiro a adotar medidas para avançar na completa implementação do Cadastro.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

4. Melhoria da Prestação de Serviços Públicos

4.1 Mapeamento da Prestação de Serviços Públicos

Integração Sistêmica de Ouvidorias: A iniciativa busca contribuir para o estabelecimento de um ambiente de transparência e de interlocução construtiva entre o Estado e sociedade, com a criação e utilização de indicadores para a melhoria da qualidade dos serviços públicos. Compromete-se, portanto, o governo brasileiro com ações de: a) desenvolvimento e disponibilização de softwares livres para facilitar tanto a participação do cidadão quanto a gestão compartilhada das reclamações

relativas aos mais diferentes serviços públicos; e b) elaboração participativa de normativo para a integração sistêmica das Ouvidorias Públicas Federais.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

Política de Formação Continuada para as Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal: compromete-se o governo brasileiro com a elaboração de uma política de formação continuada para as Ouvidores do governo federal, por meio da organização de um banco de experiências paradigmáticas e de boas práticas (*casoteca virtual*), a fim de estruturar a política de formação para ouvidores e ouvidorias.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

4.2 Serviços de Educação

Painel de Controle do Sistema Integrado de Monitoramento e Controle (Módulo Público): O Ministério da Educação e suas autarquias vinculadas⁵ desenvolve um [Painel de Controle](#) para auxiliar seus altos gestores no monitoramento de ações consideradas estratégicas. Esse sistema online objetiva permitir a visualização de diversos indicadores dos principais programas do Ministério e de suas autarquias, possibilitando, ainda, que o gestor ou cidadão filtre a informação solicitada de diversas formas. Compromete-se o governo brasileiro a completar a implantação desse sistema, incluindo a ampliação do número de indicadores disponíveis no Painel de Controle para consulta pública.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão Responsável: Ministério da Educação

4.3 Serviços Online ao Cidadão

Portal Guia de Serviços Públicos: criação de portal com uma interface simples e intuitiva, portátil para outros meios de acesso como canais móveis, e com uma organização de serviços estruturada a partir do ponto de vista do cidadão, e de acordo com as diretrizes do programa brasileiro de governo eletrônico. O Guia terá sua interface padronizada, unificada e disponibilizará um catálogo de serviços prestados pelo governo à sociedade.

Implementação: até SETEMBRO DE 2012

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

⁵ FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; e INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Brazilian Government Action Plan Open Government Partnership (OGP)

I. Introduction

Brazil's participation in the Open Government Partnership (OGP) reflects the country's commitment to strengthen the transparency of Government action, to prevent and combat corruption and foster democratic ideals based on citizen participation in decision making.

The democratic process is a continuous process, one not limited merely to selecting leaders and political representatives at the ballot box. It is a process that must be strengthened and deepened. In the 21st century, it has benefited from the rise of new communication and information technologies that have served to enable new forms of citizen participation in managing public resources, while conferring added legitimacy to public policies.

It is the State's duty to account for its activities and to offer citizens access to public information through accessible and easy-to-use tools, as well as to encourage the broader society to make full use of that information.

Moved by this conviction, Brazil undertakes through the Action Plan for Open Government to adopt measures that will allow the country to continue making headway in public transparency and, in this way, strengthen the existing practices to prevent and combat corruption, ensure access to information, manage public funds, promote integrity in the public and private sectors, foster citizen participation, and deliver public services.

These are the overarching objectives the Brazilian Government seeks to achieve through its Action Plan for Open Government and participation in the Open Government Partnership (OGP). The objectives pursued will be attained by enhancing initiatives currently underway and developing new measures, as well as by engaging public and private actors on the domestic front in the action plan's various components, through the application of new information and communication technologies and by efforts to stimulate citizen participation in the consolidation of a fairer, free, and more equal society.

Development of the Action Plan was based on consultations held with multiple public agencies of the Brazilian Federal Executive Branch as well as the Public Transparency and Anticorruption Council, an advisory committee within the Office of the Comptroller General of Brazil. An Inter-Ministerial Committee on Open Government (CIGA) has just been established by President Dilma Rousseff⁶. The Committee will serve as the forum for

⁶ Presidential Decree of September 15th 2011.

discussions on the implementation and update of Brazil's Action Plans within the Open Government Partnership.

In this first year of the OGP, consultations on the action plan with society and private actors have been accomplished through meetings and the use of the experiences and contacts of existing consultation networks implemented by various Brazilian public agencies for specific thematic areas.

Also contributing to the development of Brazil's action plan in the first year of the OGP were the debates held in the National Congress as part of an event organized by the Chamber of Deputies that brought together public agencies, private entities, and civil society organizations.

The consultations with society on the action plans will be an ongoing process and will strive to engage the full range of national actors in the debate on Brazil's commitments in the area of transparency and open government through the application of a growing number of communication channels and tools.

II. Background on the Open Government Measures Adopted by the Brazilian Government⁷

The Brazil's 1988 Constitution is a milestone for the guarantee of civil rights and for the government's duty to account for its activities. The Constitution guarantees, for example, citizens' right to submit bills to the National Congress and the right of access to public information as well the mechanisms to repair and protect citizens from civil rights violations.

Since 2000, the Brazilian Government has taken a number of legal and institutional measures to promote transparency based on best practices and international standards. Some of the key measures taken during this initial period refer to ongoing enhancement of the Integrated Financial Administration System (Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI) and the development of the ComprasNet Portal, through which information on government procurement processes and suppliers is provided and electronic reverse bidding procedures are conducted.

In 2004, the Transparency Portal (Portal da Transparência) was launched by the Office of the Comptroller General of Brazil, the official body charged with, among other duties, internal control activities, promotion of transparency and the implementation of corruption prevention measures within the Federal Executive Branch. The Portal provides online information on the execution of the federal budget in clear and understandable language

⁷ A document with more detailed information on the open government measures already adopted by Brazil will be published to complement the background section of the action plan.

without requiring usernames or passwords to access the pertinent information and data. As of 2010, the Transparency Portal is updated daily, meaning that all of the expenditures executed on a given day are published and available for consultation by Brazilian citizens the following morning.

After the enactment of Complementary Law n. 131 in 2009, all levels of government must disclose in real time on the internet their budgetary execution data, which is being gradually implemented by state and municipal governments.

Brazil has adopted a number of other important transparency initiatives, including the Resource Transfer Agreements and Contracts Portal (Portal de Convênios e Contratos de Repasse –SICONV); the Brazil Portal (Portal Brasil), offering citizens a variety of online services; the National Health Establishments Database (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES), providing data on firms and professionals engaged in the delivery of health services; the National Registry of Debarred and Suspended Companies (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS), a tool designed to give publicity to the sanctions applied by the Union and sub national governments to companies found to have engaged in fraud and corruption or to have failed to meet their obligations under the pertinent procurement procedures or administrative contracts.

In regard to preventing and combating corruption, Brazil is party to three key anti-corruption conventions: i) the Inter-American Convention against Corruption (OAS); ii) the Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD); and iii) the United Nations Convention against Corruption (UNCAC). In addition, Brazil actively participates in a number of other leading forums on the issue, including the Partnering against Corruption Initiative (PACI) and the Global Agenda Council on Anti-Corruption of the World Economic Forum; the International Association of Anti-Corruption Authorities (IAACA) and the G-20's Working Group against Corruption.

In regard to social participation as a democratic value, it is worth noting that social participation in public policy-making in Brazil has greatly increased through the instruments of National Conferences and Councils. National Conferences are public and democratic spaces for collective deliberation on guidance for the elaboration and implementation of public policies by the federal government, as well as the follow-up of its own resolutions. Conferences are organized in municipal, regional, state, free, virtual and, finally, national levels, in which contributions from society to the elaboration and implementation of public policies are build up, further developed and strengthened.

National Councils are sectorial or thematic institutional organizations, with consultative and/or deliberative characteristics, created for the purpose of producing and following up on federal public policies. In the most expressive Councils, approximately 60% of its

members are representatives from civil society, which leads to a democratic space for society participation.

The country has also secured progress in the public consultation process in connection with the draft bills prepared by the Executive Branch for submission to the National Congress. Examples in this area include the reform of the copyright law and the crafting of the Internet rights statute.

An important instrument for civic participation must be mentioned as well: the citizens' right to submit bills to the National Congress, established by Brazil's 1988 Constitution. A very strong example of the use of this instrument is the Clean Records Law (Lei da Ficha Limpa), which determines that criminally convicted people cannot be candidates in elections and run for political offices. The law was enacted in 2010 and its draft proposal was sent to the Congress with a public petition comprising more than one million signatures supporting the measure.

In 2006, Brazil implemented an electronic system to enable citizens to file their income tax returns directly with the Brazilian Federal Revenue Department (Secretaria da Receita Federal), simplifying the procedures for submitting the required information and strengthening oversight and enforcement efforts.

In regard to the Judicial Branch, Brazilian citizens are today able to gather information on judicial proceedings, decisions, and precedents handed down by the courts on the official Web sites of each judicial court. In 2009, the Judicial Branch launched the electronic judicial proceeding system aimed at reducing the time spent on bureaucratic and ancillary aspects of ongoing judicial proceedings and devoting, in this way, greater energy toward deciding cases and, by extension, resolving disputes.

This brief background reveals Brazil's firm commitment to improving service delivery to the population, enhancing the management of public resources, increasing transparency, incentivizing and promoting citizen participation, and preventing and combating corruption. Through its participation in the Open Government Partnership, Brazil reaffirms its commitment to continue moving forward in these areas.

III. Commitments

Brazil undertakes in the first year of the Open Government Partnership (OGP), encompassing the period of September 2011 to September 2012, to adopt the transparency and open government measures described below. The timetables for implementation are indicative. As such, the timeframe reflected in this action plan for final implementation of the commitments may be subject to changes, by virtue of supervening circumstances.

1) Increased Public Integrity

1.1 Federal Access to Information System

Diagnostic study on the values, knowledge, and culture governing the access to public information in the Brazilian Federal Executive Branch: a qualitative survey with public authorities and a quantitative survey based on a sample of public servants.

Implementation: until DECEMBER 2011

Diagnostic study on the role of Federal Ombudsman Units in Brazil's Access to Public Information Policy.

Implementation: until MARCH 2012

Development of a Guide and/or Primer for public officials on access to information.

Implementation: until DECEMBER 2011

Research study to identify the demands of society in regard to access to information, with a view to strengthening active transparency policies.

Implementation: until JUNE 2013

Development of a model to organize information services for citizens in agencies and entities of the Federal Executive Branch and the procedures for operation of the system governing the access to public information.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Development of a Distance Education program to build capacity of public officials on the issue of access to information.

Implementation: until JUNE 2012

Development and delivery of capacity building programs for public officials on issues connected to information management.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

The measures are aimed at developing procedures and acquiring the necessary experience for implementation of the Federal Access to Information System, with a view to providing the Federal Government with the appropriate environment for future enactment of the Access to Information Law (Lei de Acesso a Informação), currently under deliberations in the National Congress.

Responsible Agency: Office of the Comptroller General of Brazil in cooperation with UNESCO.

Preparation of a Catalogue of Public Data and Information provided on the Internet by agencies and entities of the Federal Public Administration: the objective is to facilitate the access to data and information and provide guidance to the formulation of policies on the promotion of public transparency. The project involves mapping, entering, and cataloguing metadata drawn from data and information published online by agencies and entities of the Federal Executive Branch.

Implementation: until JUNE 2013

Responsible Agencies: Office of the Comptroller General of Brazil and Ministry of Planning, Budget, and Management in cooperation with UNESCO.

1.2 Active Transparency and Open Data

Development and Construction of the Transparency Portal's Data Warehouse: development of the structure and determination of the procedures for storing data in a unified database designed to consolidate the information provided on the Transparency Portal and the Public Transparency Pages and enable dynamic and integrated processing and handling of large data volumes.

Implementation: until SEPTEMBER 2013

Responsible Agency: Office of the Comptroller General of Brazil.

Restructuring the Transparency Portal: review of the Transparency Portal based on the principles of open data; integrated and expanded content (inclusion of Transparency Pages's data); enhanced Portal usability, with a view to facilitating the access to information by users and understanding of the related information; increased interactivity: the Portal will interact in new ways with society and provide content and information formats capable of meeting the interests of different audiences; publication of the Transparency Portal in a format that ensures mobile access.

Implementation:

1st phase – until SEPTEMBER 2013 – publication of complete Transparency Portal database for download; establishment of an area for dissemination of application software; integration with social networking tools; development of a glossary in wiki format; creation of a forum; enhancement of public oversight section; and improvement of the Portal's layout.

2nd phase – until DECEMBER 2013 – interactive consultations, graphics, and other measures.

Responsible Agency: Office of the Comptroller General of Brazil

Providing data from the Resource Transfer Agreements and Contracts System (SICONV) in open data format: The Resource Transfer Agreements and Contracts System (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV) provides information on resource appropriations of the Federal Fiscal and Social Security Budgets. The Brazilian Government undertakes to implement open data solutions for the system and promote expanded integrity of the respective public information through an open interoperability platform.

Implementation: until MARCH 2012

Responsible Agency: Ministry of Planning, Budget, and Management

Construction of the Strategic Science, Technology, and Innovation Management Platform (Aquarius Platform): development of an open data and communication and information technology platform aimed at modernizing and leveraging the Ministry of Science and Technology's strategic management capabilities, ensuring greater transparency and enhanced allocation of public investments in science, technology, and innovation (R,D&I), enabling more effective public oversight, and facilitating shared management models. The Platform involves the implementation of automated procedures within the Ministry, their integration with Transparency Portal information and data and with the available R,D&I information systems, including information derived from social networks displayed in a dedicated public situation room.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agencies: Ministry of Science, Technology, and Innovation and the Office of the Comptroller General of Brazil

National Open Data Infrastructure (INDA): The INDA consists of the set of methodologies, standards, technologies, procedures, and control mechanisms necessary to deliver adequate condition to the dissemination and sharing of public data and information in open data format, according to the Brazilian electronic government interoperability standards (e-PING).

On INDA, Brazil undertakes to implement the following commitments:

- **Development of the National Open Data Infrastructure:** publication of the INDA's action plan, comprising its infrastructure objectives for the next year, its background, collaborative development model and its management structure.

Implementation:

commencement of collaborative development of action plan – until SEPTEMBER 2011

publication of action plan – until MARCH 2012

- **Capacity Building Plan for INDA:** design and implementation of a capacity building plan for federal officials, with a view to strengthening the quality of information made available by the government.

Implementation: until DECEMBER 2012.

- **Awareness Raising Activities:** elaboration and implementation of a communications plan comprising the theme of open data for the Electronic Government Program under the Ministry of Planning, Budget, and Management.

Implementation: until SEPTEMBER 2012.

- **Launch of the Brazil Open Data Portal:** development of a portal at www.dados.gov.br, aimed at simplifying research and access to public data. The portal will be a one-stop shop for access to public data from every level of government.

Implementation of the Brazil Open Data Portal's [beta version](#) – until DECEMBER 2011

Responsible Agency: Ministry of Planning, Budget, and Management

1.3 Social Participation and Citizen Engagement

Organization of the 1st National Conference on Transparency and Social Control (1st Consocial):

four thematic axis will be debated during the whole Conference process: promotion of transparency and access to public data and information; mechanisms for citizen oversight, engagement and capacity building of society to monitor public management of funds; work of public policy councils as control and guidance levels in preventing and combating corruption. Besides the state and municipal stages of the Conference, society will also debate the thematic axis in free and virtual conferences. The specific purpose of the initiative is to formulate guidelines capable of assisting in the development of a National Transparency and Social Control Plan (Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social) for agencies of the Public Administration and contribute toward focusing the activities undertaken by the broader society.

Implementation:

Municipal Conferences: JULY - SEPTEMBER 2011

Virtual Conferences: SEPTEMBER 2011- APRIL 2012

State Conferences: NOVEMBER 2011 - APRIL 2012

National Conference: MAY 2012

Responsible Agency: National Organizing Committee (headed by the Office of the Comptroller General of Brazil)

Organization of the National Seminar on Social Participation: aims at further developing studies on social participation mechanisms and forums, as well as qualifying democratic and citizen engagement. The Seminar will center on discussions relating to the National System of Social Participation, take stock of social participation processes carried out by the federal government, and discuss initiatives, perspectives and strategies to guide governmental action for the period of 2011-2014.

Implementation: until OCTOBER 2011

Responsible Agency: General Secretariat of the Presidency of the Republic

Organization of a Meeting of the Inter-Council Forum PPA 2012-2015 (2^ª Phase): aims to promote social participation in the elaboration and monitoring of the federal Multi Annual Plan for the period of 2012-2015 (PPA 2012-2015⁸), engaging also the National Councils. The objective of the meeting is to present to citizens the proposal for the PPA 2012-2015, to be considered by the National

⁸ One of Brazil's mandatory budgetary laws.

Congress, and to highlight the contributions from society made during the first phase of the Forum that were incorporated to the proposal.

Implementation: until OCTOBER 2011

Responsible Agencies: General Secretariat of the Presidency of the Republic and Ministry of Planning, Budget, and Management.

Partnership with W3C Brazil: the objective is to stimulate and build capacity of sub national governments to publish public open data through measures like: mapping of initiatives and good practices for the publication of open information; organization of awareness-raising lectures and training programs on transparency and open data for public managers and IT technicians; development of a Distance Education course program on transparency and open data; technical support to the Office of the Comptroller General of Brazil in restructuring the Transparency Portal.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agencies: Office of the Comptroller General and Ministry of Planning, Budget, and Management in cooperation with *W3C Brasil* and the *Transparência Hacker* movement

Partnership with the Digital Culture Laboratory: the objective is to stimulate and build capacity of society in the use of public open data and information and data through measures like: support to the development of application software to process, interpret, and present public information and data from distinct perspectives, including through an application software selection procedure; organization of workshops on transparency and open data aimed at training and stimulating university students and members of civil society.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Office of the Comptroller General in cooperation with *W3C Brasil* and the *Transparência Hacker* movement

Organization of the 1st National Open Data Meeting: The 1st National Open Information Meeting (I Encontro Nacional de Dados Abertos) will include the participation of representatives of the three levels of Government, information technology firms, and ordinary citizens interested in the subject. The event will be organized jointly by Government and organized civil society entities. The objectives of the event are: a) to encourage the use of open information as a platform for collaborating with society; b) to share and exchange actions developed by civil society and Government to monitor and demonstrate the advantages of publishing open information; c) to foster a shared vision of the subject by interested parties and the exchange of experiences between participants.

Implementation: until OCTOBER 2011

Responsible Agency: Ministry of Planning, Budget, and Management

2. Enhanced Management of Public Resources

2.1 Budget Transparency and Public Resource Management

School Development Plan (Interactive School PDE): The School Development Plan (Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE Escola) is a school management planning methodology that seeks to assist institutions in the effort to expand the quality of education and learning by strengthening the respective underlying policy-education framework. Through an online platform, schools can identify problems. This diagnosis is used to craft an action plan to address identified challenges and whose activities may be funded by the Ministry of Education or by other resources.

The Brazilian Government undertakes to make the tool available to all public schools and to publish the individual action plans prepared by participating interactive PDE schools, that have been approved by the Ministry of Education, with a view to increasing transparency and fostering public oversight.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Ministry of Education

Facilitation of the Access to Specific Databases on the Transparency Portal: Brazil undertakes to publish specific consultation features for information on the recipients of Unemployment Benefits for Artisanal Fishermen (*Seguro Defeso*), on the recipients of Unemployment Benefits (*Seguro Desemprego*), and on the Civil Defense Payment Cards (*Cartões de Pagamento da Defesa Civil*). As with the procedures adopted for the Family Stipend (*Bolsa Família*) program and Federal Government Payment Card (*Cartões de Pagamento do Governo Federal*) expenses, the initiative will allow for increased citizen access to information on federal budget execution, transparency, and oversight of Government expenditures, in addition to more effective tracking of the investments directed to Civil Defense responses to natural disasters and environmental catastrophes.

Implementation - Civil Defense Payment Cards: until OCTOBER 2011; Unemployment Benefits for Artisanal Fishermen: until DECEMBER 2011; Unemployment Benefits: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Office of the Comptroller General

Availability of data of the Unified Suppliers Registry (SICAF) and Agreements: the Brazilian Government undertakes to increase public integrity through the publication of detailed information on the Federal Government Procurement Portal ([ComprasNet](http://comprasnet.gov.br)). Information is made available in open data format at <http://api.comprasnet.gov.br/> on an experimental basis. The objective is to make data available, update it biweekly and carry out activities to raise awareness on the availability of such data.

Implementation: until MARCH 2012

Responsible Agency: Ministry of Planning, Budget, and Management

2.2 Procurement Procedures and Government Contracts

Registry of National Education Prices: The Registry of National Prices (*Registro de Preços Nacional – RPN*) is a centralized procurement model designed to serve all states and municipalities. The RPN provides for a single procurement procedure, centralized under National Educational Development Fund (*Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE*), where the prices of a number of select educational supplies are stored (price tables). The measure leads to an economy in purchases and a decrease of the time of public procurement procedures. The Brazilian Government undertakes to increase the number of supplies with registered price tables,⁹ as a means to optimize procurement procedures in the Brazilian educational system.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Ministry of Education

Contracting and Contractual Management of Information Technology Services: the Brazilian Government undertakes to improve procurement procedures and the delivery of Federal Government information technology services through rationalization of the contracting and contractual management of the related services, as well as the application of consolidated information technology governance methodologies.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Ministry of Planning, Budget, and Management
Implementação: até SETEMBRO DE 2012

3. Increasing Corporate Responsibility

3.1 Corruption Prevention

Implementation of the Pro-Ethics Company Registry: the National Registry of Companies Committed to Ethics and Integrity (Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade – *Cadastro Empresa Pró-Ética*) is an initiative of the Office of the Comptroller General of Brazil and the Ethos Institute aimed at giving visibility to companies that invest in ethics, integrity, and corruption prevention and engage in establishing a confidence-building environment for the public and private sectors. Brazil undertakes to adopt measures to advance in the full implementation of the Registry.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Office of the Comptroller General of Brazil

⁹ There are currently 11 items.

4. Strengthening Public Service Delivery

4.1 Federal Ombudsman Units

Systemic Integration of Ombudsman Units: The initiative will contribute significantly to the establishment of a transparent environment and constructive interaction between the State and society through the use of indicators designed to improve the quality of public service deliveries. In this light, the Brazilian Government undertakes to adopt the following measures: a) to develop and provide open software for the purpose of facilitating citizen participation and the shared management of complaints related to the delivery of the diversity of public services; b) to establish a participatory development process for the normative act that will promote systemic integration of the Federal Ombudsman Units.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Office of the Comptroller General

Continuing Training for the Public Ombudsman Units of the Federal Executive Branch: the Brazilian Government undertakes to formulate a policy to provide continuing training to the Federal Government's Ombudsman Units through the organization of a database of paradigmatic experiences and good practices (*virtual casoteca*). The database is aimed at the development of training policies for Ombudsman units and their officials.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Office of the Comptroller General of Brazil

4.2 Educational Services

Control Panel for the Integrated Monitoring and Oversight System (Public Module): the Ministry of Education and its subordinate bodies¹⁰ develop a Control Panel (Painel de Controle) designed to assist managers in monitoring the agency's strategic actions. Available on the Internet, the system displays various indicators in connection with the key programs implemented by the Ministry and its subordinate bodies, while enabling managers and citizens to filter requested information in a number of ways. The Brazilian Government undertakes to complete the implementation of this system, through measures that will include the increase of the number of indicators available for consultation on the Control Panel.

¹⁰ FNDE – National Educational Development Fund; CAPES – Coordination for the Development of Higher Education Personnel; and INEP – National Institute for Educational Studies and Research.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Ministry of Education

4.3 Online Delivery of Services to Citizens

Public Services Portal (*Portal Guia de Serviços Públicos*): development of a portal with a simple interface, accessible through mobile technology, and with the organization of services structured from the point of view of citizens and according to the guiding principles of the Brazilian electronic government program. The Portal will have a standardized and unified interface and hold a directory of service delivered by the government.

Implementation: until SEPTEMBER 2012

Responsible Agency: Ministry of Planning, Budget, and Management